



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2413/2025

Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviço de Inspeção e Fiscalização Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal no Município de Maringá e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Dispõe sobre a Taxa de Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal - SIM/POA, destinada à cobrança pelos serviços de inspeção, fiscalização, análise e controle sanitário e industrial dos produtos de origem animal nos empreendimentos e atividades no âmbito do Município de Maringá, nos termos do Anexo desta Lei e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.205, de 18 de dezembro de 2019.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se estabelecimento de produtos de origem animal qualquer instalação ou local onde sejam utilizadas matérias-primas ou produtos provenientes da produção animal, bem como locais onde sejam recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados ou rotulados produtos com finalidade industrial e/ou comercial, incluindo:

I - carnes e seus derivados;

II - animais destinados à matança, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;

III - pescado e seus derivados (peixes, crustáceos e moluscos);

IV - leite e seus derivados;

V - ovos e seus derivados;

VI - mel, a cera de abelha e outros produtos da colmeia;

VII - outros produtos de origem animal.

Parágrafo único. O sujeito passivo das taxas previstas nesta Lei é a pessoa jurídica ou produtor rural que execute atividades sujeitas à inspeção, fiscalização e controle sanitário no âmbito municipal.

Art. 3º As atividades de inspeção e fiscalização e análise técnica dos produtos de origem animal serão exercidas pela Secretaria de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar - SETRAB, órgão responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal - SIM/POA.

Parágrafo único. Os produtos de que trata esta Lei somente poderão ser comercializados se previamente inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal - SIM/POA, atendidos os requisitos desta Lei e demais normativas aplicáveis.

Art. 4º Constituem fatos geradores das taxas do SIM/POA:

I - registro de estabelecimento;

II - renovação de certificado de registro de estabelecimento;

III - registro de produtos;

IV - renovação de certificado de registro de produto;

V - vistoria, prévia ou para reativação de estabelecimento suspenso;

VI - alteração de registro de qualquer natureza;

VII - transferência de titularidade;

VIII - análise de projeto de reforma ou adequação de estabelecimento.

§ 1º São isentos do pagamento das taxas os estabelecimentos enquadrados como Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como seus produtos, rótulos e serviços, desde que comprovado o atendimento aos critérios estabelecidos.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos V e VIII, quando identificada alguma não conformidade e indicando um prazo para adequação, não será cobrada nova taxa para a realização do ato de reanálise destinado à verificação do cumprimento das exigências, limitada a uma única reanálise.

Art. 5º Os valores das taxas do SIM/POA são as fixadas no ANEXO desta Lei Complementar e serão reajustadas anualmente, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. O não pagamento das taxas até a data de vencimento implicará aplicação das penalidades previstas no Código Tributário Municipal, incluindo multas, juros, correção monetária e inscrição em dívida ativa, além das demais medidas legais cabíveis.

Art. 6º As receitas provenientes das taxas constantes desta Lei Complementar serão recolhidas ao Município de Maringá e aplicadas no custeio, aprimoramento, modernização, manutenção e aperfeiçoamento das atividades de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, executadas pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor decorridos noventa dias da data de sua publicação.

SILVIO MAGALHÃES BARROS II
Prefeito Municipal

ANEXO

Taxas Relativas aos Serviços de Inspeção e Fiscalização Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA

ITEM	FATO GERADOR	SUJEITO PASSIVO	BASE DE CALCULO	MOMENTO DA ARRECADAÇÃO	EMPRESAS COM SELO SUSAF/ SUASA	DEMAIS EMPRESAS COM SELO SIM/ POA
1	Registro do estabelecimento	Estabelecimento registrado no SIM	Por registro de estabelecimento	No protocolo	R\$ 2.034,00	R\$ 1.017,00
2	Renovação de certificação de Registro do Estabelecimento	Estabelecimento registrado no SIM	Por certificado de estabelecimento renovado	Anualmente a contar da data de registro	R\$ 1.017,00	R\$ 508,00
3	Registro de produto	Estabelecimento registrado no SIM	Por registro de produto	No protocolo	R\$ 452,00	R\$ 226,00
4	Renovação de	Estabelecimento	Por certificado	A cada 10 (dez)	R\$ 452,00	R\$ 226,00

	certificação de Registro do produto	registrado no SIM	de produto renovado	anos a contar da data de registro		
5	Vistoria, prévia ou para reativação de estabelecimento suspenso	Estabelecimento registrado no SIM	Por laudo de vistoria	No protocolo	R\$ 135,00	R\$ 135,00
6	Alteração de registro de qualquer natureza	Estabelecimento registrado no SIM	Por pedido de alteração	No protocolo	R\$ 226,00	R\$ 113,00
7	Transferência de titularidade	Estabelecimento registrado no SIM	Por pedido de transferência	No protocolo	R\$ 226,00	R\$ 113,00
8	Análise de projeto de reforma ou adequação de estabelecimento	Estabelecimento registrado no SIM	Por análise de projeto	No protocolo	R\$ 226,00	R\$ 113,00

CERTIDÃO

Certifico a criação do documento Projeto de Lei Complementar nº 2413/2025, de autoria do Poder Executivo, cujo conteúdo foi encaminhado a esta Casa de Leis via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para fins de numeração desta proposição legislativa e tramitação eletrônica.

Antonio Mendes de Almeida - Seção de Arquivo e Informações



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Mendes de Almeida, Coordenador da Seção de Arquivo e Informações**, em 04/12/2025, às 14:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0429492** e o código CRC **939DD384**.